

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIV/2.^a

Aos 3 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

10:00 Horas

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
4. **Discussão e votação do relatório final sobre a Petição n.º 137/XIV/2.^a - "Comemoração do 75.º aniversário da ONU - edificação de um monumento à fraternidade universal";
Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)**
5. **Fixação de redações finais, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República
Texto que «prorroga o prazo para a prova de detenção de cofre pelos detentores de armas de fogo (1.ª alteração à Lei n.º 50/2019, de 24 de julho)» [Projeto de Lei n.º 523/XIV/2.^a (PCP)];
Texto que «Consagra um período extraordinário de entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas» [Projeto de Lei n.º 554/XIV/2.^a (CDS-PP)];**
6. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição, com caráter de urgência, do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP, e da Direção Geral de Saúde, tendo em conta as denúncias vindas a público de práticas discriminatórias na doação de sangue por homens que fazem sexo com homens (audição conjunta com a Comissão de Saúde);**
7. **Distribuição e admissão de petições, designadamente:
Petição n.º 176/XIV/2 - Necessidade de reedição da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril;
Petição n.º 177/XIV/2 - Aprovação de um perdão de penas generalizado e de uma amnistia para pequenos delitos;
Petição n.º 178/XIV/2 - Recusa de reconhecimento de nacionalidade da minha filha;
Petição n.º 180/XIV/2 - Eleições presidenciais - voto por via de correspondência postal para cidadãos residentes no estrangeiro;
Petição n.º 182/XIV/2 - Pela valorização dos salários dos profissionais da PSP;
Petição n.º 187/XIV/2 - Contra o ódio e a agressão gratuita na internet;**
8. **Apreciação e votação das atas n.ºs 21 a 28 (correspondendo às reuniões da Comissão de 6 a 27 de janeiro de 2021);**
9. **Outros assuntos.**

11:00 Horas

Audição, por videoconferência, do Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público a propósito da Diretiva sobre os poderes hierárquicos dentro dessa magistratura (a requerimento do DURP do IL).

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIV/2.^a

Projetos de Lei

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	COMUNICAÇÃO EM COMISSÃO	Consultas a promover
PJL 656/XIV/2. ^a (PSD)	Consagra a possibilidade de opção pelo voto por correspondência, em alternativa ao voto presencial, aos eleitores residentes no estrangeiro nas eleições presidenciais e nas eleições europeias, procedendo à vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, à sexta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, e à sétima alteração ao regime jurídico do recenseamento eleitoral, aprovado pela Lei n.º 13/99, de 22 de março	02-02-2021	02-02-2021	03-02-2021 Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)	CSMP, OA, CSM, CNE e Administração Eleitoral da SG do MAI Solicitado em 03-02-2021

Projetos de Resolução

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO	ANÚNCIO COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 883/XIV 2. ^a (PAN)	Recomenda ao Governo que, no âmbito da Presidência do Conselho da União Europeia, promova a reflexão sobre a adoção de mecanismos de combate eficaz ao branqueamento de capitais e aos fenómenos de fraude, evasão e elisão fiscal e assegure a conclusão do processo legislativo da Diretiva CBCR Competente 5.ª COF Com conexão com a 1.ª Comissão	28-01-2021	28-01-2021	03-02-2021	Comunicado em 03-02-2021

No segundo ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Nota Técnica (CAE)	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
<u>27-01-2021</u>	COM(2020)791 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2018/1862 relativo ao estabelecimento, ao	03-02-2021 Deputado Carlos Peixoto (PSD)	03-02-2021	Prazo de Envio - Protocolo 2: 17/03/2021	Solicitada em 03-02-2021	<u>17-02-2021</u>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIV/2.^a

	funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal no que diz respeito à introdução de indicações pela Europol.					
<u>27-01-2021</u>	COM(2020)823 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União e que revoga a Diretiva (UE) 2016/1148	03-02-2021 Deputado José Magalhães (PS)	03-02-2021	Prazo de Envio - Protocolo 2: 17/03/2021	Solicitada em 03-02-2021	<u>17-02-2021</u>

Não tendo ocorrido baixa de projetos de votos à Comissão, avançou-se para o ponto quarto da ordem do dia, com a apresentação pelo Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) do [relatório final](#) sobre a [Petição n.º 137/XIV/2.^a](#) - *Comemoração do 75º aniversário da ONU – edificação de um monumento à fraternidade universal*. No debate, intervieram as Senhoras Deputadas Rita Borges Madeira (PS) e Mónica Quintela (PSD), e também o Senhor Deputado José Magalhães (PS) que questionou se existia alguma iniciativa por parte das estruturas da Assembleia da República, com competência para o efeito, que assinalasse o Dia Internacional da Fraternidade Humana (4 de fevereiro), tendo o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) considerado tal intervenção como um repto ao qual se associou. No final, submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP, do Deputado único representante do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Os trabalhos prosseguiram com a fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, dos seguintes textos aprovados:

- Texto que «*prorroga o prazo para a prova de detenção de cofre pelos detentores de armas de fogo (1.ª alteração à Lei n.º 50/2019, de 24 de julho)*» [[Projeto de Lei n.º 523/XIV/2.^a \(PCP\)](#)], tendo sido fixada por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do Deputado único representante do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, a [redação final](#) do texto, com a aceitação das sugestões de redação constantes da Informação n.º 13 / DAPLEN / 2021, de 2 de fevereiro, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIV/2.^a

- aperfeiçoando-se o artigo 1.º: “1 - *É prorrogado até 31 de julho de 2021 o prazo previsto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 50/2019, de 24 de julho, para que os proprietários de armas de fogo que, nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, **sejam possuidores de cofre ou armário não portátil** submetam na plataforma eletrónica disponibilizada pela Polícia de Segurança Pública o respetivo comprovativo, nomeadamente fatura-recibo ou documento equivalente.*
*2 - Os proprietários de armas de fogo que, após o termo do prazo previsto no número anterior, permaneçam em incumprimento, são punidos com coima no valor de 50 € e advertidos **para a obrigação de aquisição de cofre ou armário não portátil** no prazo de 30 dias, sob pena de lhes ser aplicada a coima prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 99.º da Lei n.º 5/2006, de fevereiro.”;*
 - aperfeiçoando-se o artigo 2.º: “A presente lei **reporta os seus efeitos a 22 de setembro de 2020.**”.
- Texto que «*Consagra um período extraordinário de entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas*» [[Projeto de Lei n.º 554/XIV/2.^a \(CDS-PP\)](#)], tendo sido fixada por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do Deputado único representante do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, a [redação final](#) do texto, com a aceitação das sugestões de redação constantes da Informação n.º 15 / DAPLEN / 2021, de 2 de fevereiro, nos seguintes termos:
- aperfeiçoando-se o n.º 4 do artigo 2.º “*Caso os possuidores das armas pretendam a sua legalização, podem, após exame e manifesto que conclua pela suscetibilidade de legalização, requerer que as armas fiquem na sua posse em regime de detenção domiciliária provisória pelo período máximo de 180 dias, devendo nesse prazo **habilitarem-se** com a necessária licença.*”;
 - aperfeiçoando-se o artigo 3.º: “*O Governo, mediante despacho do Ministro da Administração Interna a emitir no prazo de 30 dias após a publicação da presente lei, regulamenta o processo de manifesto voluntário de armas de fogo nela previsto, e **determina a** realização de uma campanha de sensibilização contra a posse ilegal de armas e de divulgação da possibilidade de proceder à sua entrega voluntária sem que haja lugar a procedimento criminal.*”

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIV/2.^a

No ponto sexto da ordem do dia, foi apreciado o [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição, com carácter de urgência, do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP, e da Direção Geral de Saúde, sobre as denúncias vindas a público de práticas discriminatórias na doação de sangue por homens que fazem sexo com homens (audição conjunta com a Comissão de Saúde), tendo a Senhora Deputada Fabíola Cardoso (BE) apresentado o requerimento e exposto os motivos invocados no mesmo para realização da referida audição. O debate prosseguiu com as intervenções do Senhor Presidente, das Senhoras Deputadas Mónica Quintela (PSD) e Isabel Alves Moreira (PS) e do Senhor Deputado António Filipe (PCP), todas concordando com a audição proposta, embora considerando que a mesma devia ser realizada na Comissão de Saúde, atenta a natureza dos Institutos a serem ouvidos, sem prejuízo do acompanhamento dos Senhores Deputados da 1.^a Comissão. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do Deputado único representante do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, tendo o Senhor Presidente declarado que solicitaria à Comissão de Saúde que informasse do agendamento da audição.

Seguiu-se a admissão e distribuição de petições, conforme tabela *infra*:

Petição	Peticionante (s)	Data de entrada na CACDLG	Assunto	Admissão	Designação de Deputado Relator	Observações
Petição 176/XIV/2	Carlos Manuel Domingues Rato	28-01-2021	Necessidade de reedição da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril	Admitida 03-02-2021	Deputada Isabel Rodrigues (PS) 03-02-2021	Deliberado a junção com a Petição n.º 177/XIV/2. ^a
Petição 177/XIV/2	Vitor Manuel de Sousa Ilharco (21437 assinaturas)	28-01-2021	Aprovação de um perdão de penas generalizado e de uma amnistia para pequenos delitos	Admitida 03-02-2021	Deputada Isabel Rodrigues (PS) 03-02-2021	Deliberado a junção com a Petição n.º 176/XIV/2. ^a
Petição 178/XIV/2	Carlos Manuel Rodrigues Madeira (7 assinaturas)	28-01-2021	Recusa de reconhecimento de nacionalidade da minha filha	Admitida 03-02-2021	-	Finda a apreciação com a aprovação da Nota de Admissibilidade

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIV/2.^a

Petição 180/XIV/2	Margarida Moutinho Ferreira de Sousa (32 assinaturas)	28-01-2021	Eleições presidenciais - voto por via de correspondência postal para cidadãos residentes no estrangeiro	Admitida 03-02-2021	Deputado Hugo Carneiro (PSD) 03-02-2021	Deliberado a nomeação de relator, não obstante a inexistência dessa obrigação.
Petição 182/XIV/2	Paulo Jorge Pires Rodrigues (6964 assinaturas)	29-01-2021	Pela valorização dos salários dos profissionais da PSP	Admitida 03-02-2021	-	Deliberado remeter ao GT-Forças de Segurança, para apreciação e designação de relator
Petição 187/XIV/2	Cristina Maria Jorge Ferreira (49722 assinaturas)	29-01-2021	Contra o ódio e a agressão gratuita na internet	Admitida 03-02-2021	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) 03-02-2021	-

No ponto oitavo da ordem de trabalhos, teve lugar a apreciação e votação das atas n.^{os} 21 a 28, correspondentes às reuniões da Comissão de 6 a 27 de janeiro de 2021, tendo a Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (NInsc.) manifestado a sua discordância com descrição feita na ata n.^o 23 sobre a apreciação do [Voto n.^o 423/XIV/2.^a \(Dep. NInsc JKM\)](#) - *De pesar pelo cidadão Ucrainiano Ihor Homenuk* e solicitado a votação separada da mesma. Submetida a votação, a ata n.^o 23 foi aprovada com os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE e o voto contra da Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (NInsc.). As restantes atas foram aprovadas por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do Deputado único representante do CH.

Nos outros assuntos, o Senhor Presidente deu nota da possível alteração da terceira audição regimental do Senhor Ministro da Administração Interna, a pedido deste, por ora prevista para o dia 23 de março de 2021. Referiu ainda que havia chegado à Comissão um pedido de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, solicitando a indicação de uma Senhora Deputada para representar a Assembleia da República na [Women Political Leaders](#), tendo sido indicada a Senhora Deputada Lina Lopes (PSD), Presidente da Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, em consonância com o histórico de anteriores legislaturas. Por último, foi abordada a questão das várias iniciativas sobre a temática da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, que haviam baixado à Comissão sem votação, em relação as quais o

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIV/2.^a

Senhor Presidente informou que ainda não tinham sido concluídas as audições previstas no [Grupo de Trabalho - Audições relativas à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores](#), especialmente constituído para o efeito. A este propósito, o Senhor Presidente indagou da possibilidade de consensualização de um texto comum que permitisse a fusão das diversas iniciativas legislativas em apreciação, tendo a Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) referido que se encontrava em falta a audição do Presidente da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e que diligenciaria no sentido de a concretizar e aferir junto do Grupo de Trabalho da questão colocada pelo Senhor Presidente. A Senhora Deputada Cláudia Cruz Santos (PS) afirmou que a possibilidade de consensualização de um texto comum devia ser decidida em reunião da Comissão, não devendo aguardar pelo Grupo de Trabalho que foi criado apenas com o intuito de realizar audições. O Senhor Presidente concluiu afirmando que agendaria o debate da questão em Comissão, logo que fosse concluída a audição em falta.

Após uma curta interrupção, teve início a audição do Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, a propósito da Diretiva, emitida pela Procuradora-Geral da República, sobre os poderes hierárquicos dentro dessa magistratura (a requerimento do Deputado único representante do partido Iniciativa Liberal).

O Senhor Presidente começou por cumprimentar o Senhor Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Dr. António Ventinhas, que participou através de videoconferência, explicando a metodologia da audição e indicando que a mesma teria como objeto a Diretiva, emitida pela Procuradora-Geral da República, sobre os poderes hierárquicos dentro dessa magistratura, tal como requerido pelo Deputado único representante do IL.

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) para apresentação do [requerimento](#), tendo, de seguida, o Senhor Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público prestado os esclarecimentos solicitados.

Na primeira ronda intervieram, para pedir esclarecimentos, as Senhoras Deputadas Cláudia Santos (PS) e Mónica Quintela (PSD) e os Senhores Deputados António Filipe (PCP) e André Ventura (CH), tendo o Senhor Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público respondido conjuntamente às questões colocadas.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIV/2.^a

Na segunda ronda, usaram igualmente da palavra as Senhoras Deputadas Cláudia Santos (PS) e Mónica Quintela (PSD) e o Senhor Deputado José Magalhães (PS), que merecem, a final, resposta do Senhor Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

No final, o Senhor Presidente agradeceu a participação e os esclarecimentos prestados e deu por concluída a audição.

A audição foi [gravada em vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de fevereiro de 2021.

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 30/XIV/2.^a

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Elza Pais (PS)
Francisco Pereira Oliveira (PS)
Isabel Alves Moreira (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
José Magalhães (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Romualda Fernandes (PS)
André Coelho Lima (PSD)
André Neves (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Luís Marques Guedes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
Sandra Cunha (BE)
António Filipe (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
Inês De Sousa Real (PAN)
André Ventura (CH)
Jocine Katar Moreira (NINSC)
Filipe Neto Brandão (PS)
Jorge Lação (PS)
Paulo Porto (PS)
Carlos Peixoto (PSD)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Duarte Marques (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
José Cancela Moura (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: